

A (DES)IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DOCENTE

GENDER (DIS) EQUALITY IN SCHOOL: PUBLIC POLICIES AND THE TEACHING ROLE

LA (DES)IGUALDAD DE GÉNERO EN LA ESCUELA: LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EL PAPEL DOCENTE

Sabrina Elaysa Zamai Francisco¹

Sandra Clara Santos Flauzino²

Maria Beatriz Ribeiro Prandi-Gonçalves³

Marco Antonio Almeida Ruiz⁴

Resumo

A educação, durante muito tempo, foi negada às mulheres. Após muitas lutas e movimentos sociais, elas ainda vivem em constantes militâncias em busca de seu espaço, diariamente sufocadas por preconceitos e atitudes machistas. Na história desses movimentos, as mulheres, a partir de 1980, passaram a se apropriar de atividades predominantemente masculinas, resistindo aos estereótipos cristalizados, sobretudo na área do esporte. Desde então debates relacionados às questões de gênero vêm sendo travados pela sociedade; tais discussões tomaram grandes proporções, principalmente nas mídias, onde conservadores e religiosos acreditam que a escola não deve misturar assuntos escolares com os da sociedade. Assim, para estas nossas reflexões, indagamo-nos: qual(is) a(s) responsabilidade(s) da escola nesse cenário de disputas? Por que discutir a perspectiva de gênero no ambiente escolar? É na escola que o acesso democrático para meninos e meninas acontece e cabe aos profissionais da educação promoverem um ensino que rompe a barreira do preconceito e desmistifique certos estigmas predominantes. Para esta nossa empreitada analítica, com concepção qualitativa, realizamos uma pesquisa bibliográfica baseada em estudos que elaboraram trabalhos pertinentes acerca dessa temática. Por fim, como objetivo refletimos neste artigo acerca das questões de gênero no ambiente escolar, especialmente na disciplina de Educação Física, promovendo um gesto de leitura e problematizando certas ideias sexistas, classistas e racistas não apenas d(n)os alunos, mas de toda comunidade escolar, além de fortalecer as relações e o respeito entre gêneros.

Palavras-chaves: Ensino; Educação Física; Gênero; Políticas Públicas.

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5408-1166> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4820382801817532> E-mail: elaysazamai83@hotmail.com

²Graduanda em Pedagogia pela UNAERP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9306-7869> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0897191638282499> E-mail: sandraclaraflauzino@gmail.com

³Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Professora do curso de Pedagogia da UNAERP. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3514-1834> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2225000552012149> E-mail: biaprandi90@gmail.com

⁴Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos e em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris. Professor adjunto de Linguística e Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2438-9252> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4613888575492521> E-mail: marcoalmeida.ruiz@gmail.com

Abstract

Education, for a long time, was denied to women. After many struggles and social movements, they still live in constant militancy in search of their space, daily suffocated by prejudice and macho attitudes. In the history of these movements, women, from 1980 onwards, began to appropriate predominantly male activities, resisting crystallized stereotypes, especially in the area of sports. Since then, debates related to gender issues have been waged by society; such discussions took on large proportions, especially in the media, where conservatives and religious believe that schools should not mix school matters with those of society. Thus, for our reflections, we ask ourselves: what is the responsibility(s) of the school in this scenario of disputes? Why discuss the gender perspective in the school environment? It is at school that democratic access for boys and girls takes place and it is up to education professionals to promote teaching that breaks the barrier of prejudice and demystifies certain prevailing stigmas. For our analytical undertaking, with a qualitative conception, we carried out a bibliographical research based on studies that elaborated pertinent works on this theme. Finally, as an objective, we reflect in this article on gender issues in the school environment, especially in the subject of Physical Education, promoting a reading gesture and problematizing certain sexist, classist and racist ideas not only of students, but of all school community, in addition to strengthening relationships and respect between genders.

Keywords: Gender; Physical Education School; Public policy.

Resumen

La educación, durante mucho tiempo, se le negó a las mujeres. Después de muchas luchas y movimientos sociales, aún viven en constante militancia en busca de su espacio, diariamente asfixiados por prejuicios y actitudes machistas. En la historia de estos movimientos, las mujeres, a partir de 1980, comenzaron a apropiarse de actividades predominantemente masculinas, resistiendo estereotipos cristalizados, especialmente en el ámbito deportivo. Desde entonces, la sociedad ha mantenido debates relacionados con cuestiones de género; tales discusiones adquirieron grandes proporciones, especialmente en los medios de comunicación, donde los conservadores y religiosos creen que las escuelas no deben mezclar los asuntos escolares con los de la sociedad. Así, para nuestras reflexiones, nos preguntamos: ¿Cuáles son las responsabilidades de la escuela en este escenario de disputas? ¿Por qué discutir la perspectiva de género en el ámbito escolar? Es en la escuela donde se da el acceso democrático de niños y niñas y corresponde a los profesionales de la educación promover una enseñanza que rompa la barrera de los prejuicios y desmitifique ciertos estigmas imperantes. Para nuestro emprendimiento analítico, con una concepción cualitativa, realizamos una búsqueda bibliográfica basada en estudios que elaboraron trabajos pertinentes sobre este tema. Finalmente, como objetivo, reflexionamos en este artículo sobre la problemática de género en el ámbito escolar, especialmente en la asignatura de Educación Física, promoviendo un gesto de lectura y problematizando ciertas ideas sexistas, clasistas y racistas no solo de los estudiantes, sino de toda la comunidad escolar, además de fortalecer las relaciones y el respeto entre géneros.

Palabras clave: Género; Educación Física; Colegio; Políticas públicas.

Introdução

Quando tratamos as relações de gênero, pensamos sobre as relações de poder, hierarquização e conflitos sociais, visto que aquelas ocorrem por meio de uma desigual distribuição de responsabilidades e privilégios estabelecidos pela sociedade alheias às vontades das pessoas, com critérios sexistas, classistas e racistas. Assim, sabemos que o ambiente escolar é um reflexo da sociedade e que, portanto, tais relações também são. Vale lembrar que ao iniciar a vida escolar, a criança já teve vários ensinamentos prévios e tão logo carrega certos valores, costumes e influências familiares, religiosas e sociais.

Nesse caminho, como tratar as relações de gênero em um ambiente escolar? Inicialmente, poderíamos responder tal problematização pensando a escola como um lugar de desconstrução desses imaginários sociais, evitando a reprodução de todo tipo de preconceito na promoção da educação, da informação e de valores éticos. Entretanto, sabemos que não é algo fácil e que as discussões sobre o tema são controversas e, de fato, polêmicas. Neste artigo, problematizamos a discussão sobre o gênero no âmbito escolar, em especial nas aulas de Educação Física, além de discutir o papel docente diante do tema e da necessidade de se debater, com urgência, certas políticas públicas.

Logo, para esta nossa empreitada analítica, realizamos uma pesquisa bibliográfica baseada em estudos de Beatriz Lins, Bernardo Machado e Michele Escoura (2016), Priscila Dornelles (2012), Daniela Finco (2003), Juliana Jacó e Helena Altmann (2011), entre outros, que elaboraram trabalhos pertinentes acerca dessa temática. Ademais, a pesquisa adota a concepção qualitativa que visa a compreensão do objeto selecionado, propondo-nos refletir acerca da discussão sobre gênero no espaço escolar, exemplificando essa temática nas aulas de Educação Física, a partir de um contexto histórico e social.

As questões de gênero na atualidade

Ao tratarmos da noção de gênero, de maneira mais geral, caímos em discussões repletas de polêmicas, marcadas sobretudo pela oposição básica entre masculino e feminino. Diante de tal visão menos crítica e mais genérica, tal conceito acabou tornando-se sinônimo de ideologia de gênero⁵. Assim, nesse caminho, Reis e Eggert (2017, p. 17) afirmam que “[...] o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher [...]”. Logo, ao estudarmos tais questões, é preciso tratar a equidade entre homens e mulheres, além de enfrentar o sexismo latente presente diariamente no seio da vida social. Ao falarmos sobre o gênero não implica,

⁵ Numa perspectiva discursiva, ideologia é considerada como uma “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 1999, p. 46), isto é, diante do simbólico, somos levados a buscar sentidos das palavras e das coisas a partir de nossa inscrição social, logo, não há sentido sem interpretação dos fatos e, portanto, sem a ideologia.

necessariamente, tratarmos sobre sexo biológico⁶, mas observar as construções sociais baseadas nos sexos biológicos, isto é, como as construções de gênero podem determinar maneiras de sentar-se, falar, andar, agir ou se relacionar do homem e da mulher a partir de práticas sociais.

Gênero, como compreendemos, é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende por ser feminino e ser masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula, desse modo, pessoas, emoções e práticas dentro da estrutura de poder (Lins, Machado & Escoura, 2016). Nesse sentido, “quando usamos o termo ‘desigualdade de gênero’, referimo-nos às relações de poder, os privilégios e/ou hierarquias sociais criadas a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres, ou entre masculinidades e feminilidades”. (Lins, Machado & Escoura, 2016, p. 16).

O termo ideologia de gênero não é um conceito teórico adequado, mas uma expressão construída erroneamente para contestar os estudos de gênero e as questões de orientação sexual⁷, além dos movimentos feministas e LGBTQ+⁸. Tal conceito de gênero tem gerado grandes discussões que em sua maioria abordam a identidade, a manifestação da afetividade, a saúde sexual, os direitos civis, os aspectos culturais, tradicionais e sociais e, principalmente, a discriminação, a desigualdade e o tratamento entre homens e mulheres. Além disso, popularizou-se na década de 1990, mas é utilizada pela teoria social desde a década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino além das explicações biológicas, inserindo-as nas relações sociais de poder (Lins, Machado & Escoura, 2016).

⁶ Sexo biológico, segundo Lins, Machado e Escoura (2016, p. 129, grifo do autor), é o que pode ser identificado como referencial do corpo da pessoa: o órgão genital, a combinação genética ou hormonal. [...] O sexo biológico não define nem a identidade de gênero, nem a orientação sexual das pessoas”.

⁷ Orientação sexual “é o termo usado para nos referirmos ao modo como nos sentimos e relacionamos no plano afetivo e sexual. Há quatro tipos de orientação sexual, isto é, quatro formas socialmente compreendidas de se relacionar afetiva e sexualmente: assexualidade, bissexualidade, heterossexualidade e homossexualidade” (Lins, Machado & Escoura, 2016, p. 129). O termo também é compreendido como “capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (Princípios..., 2007, p. 9).

⁸ Sigla que designa a comunidade de pessoas com orientação sexual e identidade de gênero que divergem da heterossexual/cisgênero: Lésbicas, gay, bissexuais, travestis/transsexuais/transgêneros, *queer* e outras.

Logo, as relações de gênero são socialmente construídas, em geral, atribuindo características e posições para homens e mulheres na sociedade como algo da ordem do natural, com isso, tais imaginários, ou certos estereótipos⁹ socialmente pré-determinados estão também presentes no ambiente escolar provocando a separação, a submissão e o poder como normativos¹⁰ que são a base para muitas situações de desigualdade, tais como machismos, sexismo, violência física e/ou simbólica, etc.

Tal noção, por um lado, está diretamente relacionada à construção social do que é ser homem e do ser mulher, por outro, o termo sexo é ligado exclusivamente ao fator biológico. Portanto, tal discussão de gênero visa eliminar a distinção entre seres biologicamente constituídos como homens e mulheres “[...] quando associamos um comportamento específico a um grupo de pessoas [que] só porque são mulheres, homens, meninos e meninas, estamos reproduzindo alguns estereótipos de gênero” (Lins, Machado & Escoura, 2016, p. 15). Em um sentido político, tal noção foi teorizada no contexto dos movimentos de mulheres feministas do pós-guerra:

Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que ‘não se nasce mulher’ e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito em processo (Haraway, 2004, p. 211).

A participação dos homens nas tarefas domésticas também cresceu nos últimos anos, mas, mesmo assim, ainda segundo a OIT (2018), as mulheres brasileiras têm, de fato, uma jornada de trabalho superior, justamente por associá-las ao trabalho doméstico. Em contrapartida, elas tiveram um desempenho maior nos índices educacionais, pois se destacaram em todas as áreas do ensino fundamental, médio e nível superior, além de conseguir realizar atividades na pós-graduação. Embora divulgadas em 2004, tais informações são relevantes, pois permite-nos observar, felizmente, algumas mudanças ocorrendo por meio de movimentos de luta e resistências

⁹ De acordo com Lins, Machado e Escoura (2016, p. 125), “estereótipo é o nome dado a generalizações baseadas em expectativas sociais sobre as pessoas, de acordo com sua cor, religião, identidade de gênero, orientação sexual, origem regional ou idade. Reproduzimos estereótipos quando imaginamos que uma pessoa tem determinado comportamento ou característica só por pertencer a determinado grupo, não reconhecendo que ela possa agir de maneira diferente daquela que esperamos”.

¹⁰ “Normativas são formas de conduta social criadas historicamente, que podem delimitar ou determinar a conduta das pessoas. [...] São regras e ideias que costumam limitar as possibilidades de existência, não abrindo espaço para o plural e o diverso” (Lins, Machado & Escoura, 2016, p. 129).

feministas contra determinados imaginários sociais, diminuindo, dessa forma, a desigualdade presente em nossa realidade contemporânea. Por exemplo, altos cargos serem ocupados por mulheres em grandes empresas, o imaginário da “bela, recatada e do lar”¹¹ (Linhares, 2016) não mais limita o espaço privado da casa às mulheres, em que elas saem às ruas e ocupam grandes centros urbanos.

Logo, propor a crítica em relação aos estereótipos de gênero permite-nos questionar papéis previamente pré-estabelecidos socialmente e, de fato, a escola pode ser um importante lugar para promover tais questionamentos, pois trata-se de um espaço plural, onde jovens se instruirão e se constituirão como cidadãos. Explicar para eles como a sociedade nos impõe tais papéis e imaginários ao longo dos anos é dar a oportunidade para que cresçam como pessoas, quebrem certos estigmas históricos e sociais e respeitem uns aos outros a partir da pluralidade.

A escola e a (des)igualdade de gênero

Historicamente, a escola vem se configurando como locus de reprodução de desigualdades, inclusive pelo fato de no início ser um privilégio para poucos; depois de muita luta para ter o direito de frequentá-la, as mulheres se depararam com a separação entre os sexos. Já nas aulas de Educação Física, por exemplo, somente na década de 1980 surge um movimento para repensar esse campo; de lá para cá, aos poucos, vimos as aulas serem frequentadas por homens e mulheres. De acordo com Jacó e Altmann:

Até então, as concepções de corpo que sustentavam as práticas da Educação Física Escolar pautavam-se apenas em concepções médicas e biológicas, na qual se entendia, entre outras coisas, que a Educação Física deveria contribuir para a formação de homens saudáveis, fortes e cuidar para que as mulheres não tivessem sua função da maternidade comprometida. Baseado nisso, atividades diferentes eram propostas para homens e mulheres, o que justifica inclusive a separação de turmas femininas e masculinas. A separação de turmas se dava tanto pelas diferenças biológicas que explicavam justificavam as diferenças nas capacidades físicas e habilidades corporais, como pelo aparato legal que, baseado nestas diferenças, legitimava a ideia de quais atividades eram possíveis para as mulheres e quais deveriam ser estimuladas para cada gênero (Jacó & Altmann, 2011, p. 2).

¹¹ Aqui fazemos referência à uma reportagem da revista veja de 2016 quando, mais uma vez, as mulheres são retratadas como submissas ao espaço privado, conhecidas por estereótipos que as ligam ao cuidado do lar, dos filhos e do marido. Trata-se, assim, de mais uma vez reproduzir estereótipos, preconceitos e machismos cristalizados no imaginário social e histórico, sobretudo na sociedade brasileira (Linhares, 2016).

A escola é um dos primeiros lugares que temos acesso, é por meio dela que o primeiro contato social com outras pessoas acontece; conhecer as várias outras diversidades existentes nesses espaços torna-se essencial para, também, nos constituirmos enquanto sujeitos no âmbito da cultura e das práticas sociais. Dessa forma, considerando tais avanços, os primeiros passos já foram dados, mas o que muitos não entenderam até hoje é que misturá-los sem propor atividades que promovam rupturas com as tradicionais e hierarquizadas relações de gênero não resultam em nenhum resultado, esse espaço comum deve ser dividido para que os alunos e os docentes lidem com a diferença e possam, assim, valorizar a relevância das oportunidades para todos.

Nesses espaços escolares, ainda é muito forte currículos majoritariamente atravessados por concepções de ciência sexistas, binaristas e excludentes, haja vista quando pensamos que na escola há a criação de certas expectativas de gênero, isto é, “quando pensamos que ‘matemática é coisa de menino’, que ‘menina é mais caprichosa’, enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de menino, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida das crianças e adolescentes”. (Lins, Machado & Escoura, 2016, p. 19).

A educação tradicional adota práticas metodológicas, generificadas, que impõem à separação de homens e mulheres. Isto, que se inicia nos primeiros anos escolares, tende a se consolidar em toda a trajetória escolar, instituindo a supremacia de um gênero sobre outro, além de promover também certas desigualdades entre homens e mulheres; no cotidiano das escolas, por exemplo, observamos que tal prática tornou-se latente, situações que expõem as diferenças como filas de meninos e meninas, atestam imaginários de que o mundo é dividido apenas pelo ser homem e o ser mulher, fomentando ainda mais a prática arraigada pela história e pelo social em qual lado devemos nos inserir (ou encaixar). Dessa forma, a escola e a sociedade criam uma série de regras que ditam, de certo modo, como devemos agir e pensar, abrindo caminhos para certos obstáculos relacionais.

Goellner (2005 apud Pereira, 2020), no *Dicionário Crítico de Educação Física*, apresenta o gênero como uma construção social do sexo por meio de uma categoria

analítica e política que evidencia o masculino e feminino em construções sociais e históricas, ou seja, o trata a partir de um conjunto de processos que vão marcando os corpos como ser masculino ou ser feminino. Nesse sentido, é possível pensarmos que essa questão de gênero é uma construção social do sexo, tudo o que é indicado como sendo masculino ou feminino não existe, é, pois, construído por meio das práticas que estabelecem estereótipos. Em outras palavras, ao pensarmos, por um lado, no futebol, logo o associamos a um esporte que é adorado por uma grande parcela dos homens; por outro, quando falamos da dança, referimo-nos à uma atividade típica das mulheres, pois envolve mexer o corpo e usar diferentes vestimentas.

Tais marcas sociais são frutos de práticas e estereótipos associados ao gênero que marcam uma certa cultura, uma certa sociedade. Os anos oitenta foram marcados por um espírito de força entre as mulheres que resistiam ao poder masculino, “tratou-se de uma nova forma de ressignificar a condição feminina [...] – rainha do lar, dona de casa, recatada – e instituir uma nova memória social, a de resistência” (Ruiz, 2019, p. 1018). Nesse caminho, no campo da Educação Física, o mote de questionamentos era justamente problematizar esse papel masculino no esporte, colocando as mulheres também como fundamentais na realização de exercícios, deslocando memórias cristalizadas da mulher “frágil” e assumindo o espaço público, com as mesmas competências dos homens para a realização das atividades físicas. Ou seja, tal movimento feminista fez a sociedade repensar sobre a questão da Educação Física que era direcionada apenas para os homens e problematizar, desse modo, o argumento biologicista que historicamente tornou-se justificativa para a exclusão das mulheres no esporte.

Buscando analisar o escasso acesso e a pouca participação das mulheres nas atividades físicas, Hargreaves (1993 apud Pereira, 2020) reflete sobre o sexismo arraigado e fomentado, diariamente, nesse campo, ressaltando a discriminação que elas sofrem nesse cenário, além disso, ratifica que tal questão está intimamente relacionada com o poder. As aulas de Educação Física escolares estão ligadas não só como o principal espaço de aprendizagem esportiva de muitas crianças e jovens brasileiros(as), mas também a de inúmeras manifestações da cultura corporal de movimento, tais como: jogos, brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, práticas corporais de aventura, entre

muitas outras que têm sido tratadas como práticas corporais pela literatura e pelos documentos da área, por exemplo, como encontramos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as **práticas corporais** em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. (Brasil, 2018, p. 213, grifo nosso).

É no âmbito escolar que há o acesso democrático para todos, isto é, é neste espaço que vivenciam práticas esportivas diferentes sem “discriminação”, a Educação Física pode permitir a vivência igualitária dos gêneros em relação aos jogos, as meninas podem, também, usufruir de todos os benefícios das práticas esportivas como os meninos.

Nos processos de socialização e formação da identidade das crianças constroem-se práticas de escolha de brinquedos e de brincadeiras por gênero e por sexo, criando, assim, os estereótipos. Na esteira dessa reflexão, Auad (2006) reflete sobre o comportamento dos meninos e das meninas nos recreios e salas de aulas, as escolas estão estruturadas com uma base nas relações de gênero que devem ser entendidas como socialmente construídas, quebrando, de fato, paradigmas em relação às posições historicamente definidas para homens e mulheres na sociedade, como um processo natural. De acordo com Auad (2006), não devemos criar padrões para meninos, meninas, jovens, homens, mulheres, idosos, idosas, deficientes ou não, é necessário (re)pensar as relações entre meninos e meninas dispostos num mesmo espaço social.

Ao tratarmos sobre a educação de crianças, jovens, por exemplo, precisamos lembrar que eles vão se construindo a partir de diversas referências, como: classe social, religião mídia, entre outros. Ademais, é preciso pensar em como tais imaginários sociais são construídos. Para Brougère (2004 apud Kishimoto & Ono, 2008), os estereótipos provêm dos pais e das pessoas que cercam a criança, ou seja, os responsáveis constroem o primeiro ambiente de brinquedos da criança antes que ela comece a fazer suas

escolhas, um exemplo é a configuração do quarto, para meninos a cor azul, para as meninas rosa.

Como um espaço plural, a escola tem a função de diversificar e ampliar as referências que essas crianças e jovens recebem diariamente, expandindo seu mundo e estimulando seu senso crítico. Conforme Kishimoto e Ono (2008), quando as crianças começam a frequentar os espaços escolares, muitas já apresentam estigmas que trazem de casa, fazendo com que as brincadeiras de meninos sejam diferentes das meninas, criando, de certo modo, um vácuo que os separam; o brincar é um ato social, desse modo, acreditamos que se aprende brincando.

A equidade de gênero exige algumas ponderações na área do brincar pelos docentes, pois quando é adotada a postura desenvolvimentista, que apenas os observam, muitos educadores e educadoras estão colaborando para que essas diferenças continuem sem uma intervenção, ou seja, “não basta observar ou brincar, é preciso empenho do adulto para o estímulo sistemático que leve o brincar com o outro, do sexo oposto, usando objetos não generificados” (Kishimoto & Ono, 2008, p. 219). Para além do brincar livre, pensemos também como uma ação pedagógica intencional procura expor a criança a novos desafios coletivos. É, pois, necessário que a escola inicie a desconstrução de que meninos só brincam com meninos e meninas com meninas nos grupos mistos, adquirindo experiências lúdicas diversas e possibilitando a igualdade de gênero sem discriminação.

Infelizmente, na contemporaneidade, ainda vemos muitos pais não aceitarem que seus filhos brinquem de boneca, justamente porque na história a ideia do brincar com esse objeto remete a imaginários cristalizados limitados apenas ao mundo feminino. Se uma das principais funções da brincadeira é a vivência de outros papéis sociais, como um ensaio para a vida adulta, quando um menino brinca de boneca ele está apenas vivenciando no lúdico a experiência de cuidar dos outros como um pai cuida de seu filho, por exemplo. (Queiroz, Maciel & Branco, 2006).

Em virtude disso, a escola precisa introduzir brincadeiras coletivas, nas quais meninos e meninas se revezam nos papéis, as crianças precisam vivenciar momentos agradáveis brincando espontaneamente com brinquedos e brincadeiras que possam trocar experiência sem considerar o que é feminino ou masculino. É preciso, com isso,

quebrar as barreiras do imaginário histórico e social acerca do que é ser feminino e masculino, inserindo, diariamente, novas reflexões que propõem a equidade, rompimento preconceitos latentes. Louro (1997), em seus estudos, afirma que a escola é parte desse processo. Logo, a autora, por meio de suas reflexões, demonstra o quanto a escola e suas práticas contribuem para ensinar certas concepções, fazendo com que muitas condutas sejam aprendidas de maneira interativa e na relação com o social.

Conforme Rios (1993), homens e mulheres transformam o mundo o tempo todo, não apenas sob os aspectos intelectuais e culturais, mas também físico e estrutural. Além disso, ele resgata a importância da relação técnica/política relacionada à dimensão ética estreitamente articulada à dimensão política, portanto, a vontade articulada como uma prática política e moral do(a) educador(a); no entanto, é impossível falar no ato comprometido sem que esse seja, também, um ato livre, o/a docente necessita saber qual é a sua vontade, articulada com o saber consistente, as possibilidades e os limites. Nesse sentido, a escola deve estar atenta para não separar o masculino do feminino, inclusive, os espaços destinados ao lazer devem ser elaborados para que ocorra a interação entre as crianças, sem distinções.

Diante de tais questões, precisamos pensar esses espaços escolares alicerçados no respeito às diferenças, não permitindo, assim, que meninos/meninas, homens/mulheres, gays/lésbicas sejam mal tratados e debochados por piadas maldosas, desrespeito e intolerância; por se tratar de um espaço democrático, a escola deve combater todas as formas de discriminações e intolerâncias existentes, além disso, ela não deve ser vista como um local onde apenas se aprendem disciplinas e se transmite conhecimentos, pelo contrário, deve-se ser um ambiente construído com base no respeito.

Pode-se perceber um movimento contraditório de conservação e de transformação, quando a sociedade quer que a escola forme profissionais submissos para o mercado de trabalho e os professores querem formar pessoas mais humanizadas, solidárias e capazes de intervir na sociedade transformando-a (Martins & Bastos, s.d., p. 11).

Sendo a educação um valor central, é preciso refletir sobre o tipo de escola que desejamos criar. Ao longo dessas reflexões teóricas, observamos que a escola é parte fundamental em uma sociedade e, infelizmente, acaba se tornando palco para distintas

desigualdades de gênero; é preciso promover propostas pedagógicas que não estimulem o preconceito, evitando injustiças, violências, discriminações, exclusões e marginalizações (Lins, Machado & Escoura, 2016).

Políticas públicas e a inserção de “gênero” na escola

Sabemos, pois, que a questão de gênero é algo muito discutido na contemporaneidade, podemos observar que muitas questões – gênero, sexualidade, questões raciais – estão interligadas. Silva (2013, p. 27) afirma que “o papel das políticas públicas e da formação inicial e continuada são fundamentais no processo de problematização e de reflexão sobre a temática de gênero e diversidade no espaço educativo”.

Com efeito, essa questão vem ganhando espaço e em 2014 foi montado um projeto com oficinas estratégicas para discutir o assunto, denominado “Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais” (Carreira *et al.*, 2016). Partindo das recomendações do “Informe Brasil - Gênero e Educação” (Carreira, 2013), o projeto buscou problematizá-las e aprimorá-las com base nos diferentes acúmulos dos convidados, considerando os desafios do momento político do país. O projeto promoveu a discussão sobre a construção de Diretrizes Nacionais de Educação em Gênero e Sexualidade por Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação, Gênero e Diversidade Sexual. Esse projeto tinha como função as regulamentações do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, (Brasil, 2014), além de definir uma agenda de ações políticas que pudessem ser implementadas pelas participantes em alianças com outros coletivos, redes, movimentos sociais e instituições.

Outro ponto abordado nesse projeto, de acordo com Carreira *et al.* (2016), foi o de mulheres negras e a educação, tendo como objetivo discutir a realidade educacional de meninas e mulheres negras, suas especificidades, demandas e prioridades, visando a superação do racismo e garantia do direito humano à educação, sem discriminação. Os resultados desse projeto foram apresentados em maio de 2016 no “Seminário Nacional Gênero e Educação: repensando a agenda para as políticas educacionais” realizado na sede da Ação Educativa, em São Paulo, visando divulgar e debater suas contribuições. (Carreira *et al.*, 2016).

Diante desse movimento, é possível perceber o quanto a questão de gênero vem procurando espaço na sociedade e no ambiente escolar, buscando uma visibilidade das políticas e até mesmo de gestores escolares que na sua maioria não tem conhecimento para abordar o tema. Infelizmente, atualmente, é possível perceber o preconceito e a falta de conhecimento de muitos professores e entidades educacionais que não possuem uma política interna para discutir o assunto com toda a comunidade. (Soares & Monteiro, 2019).

Em virtude disso, sabemos que em nosso país, quando tratamos da noção de gênero, geramos muitos conflitos e distorções sobre o assunto, como exemplo, não podemos deixar de citar a apresentação de alguns relatórios dos Estados Brasileiros ressaltando apenas questões raciais e igualdade de direitos entre homens e mulheres, esquecendo-se, principalmente, de outros temas relevantes que congregam essa temática de gênero, sobretudo no contexto escolar. Nesses relatórios era possível observar que a diferença a respeito da educação entre homens e mulheres já havia sido “resolvida” (UNESCO, 2014, p. 4), mas, infelizmente, não é isso que percebemos. Durante uma breve pesquisa, foi encontrado um relatório *on-line* apresentado pela UNESCO (2014), em que observamos a evidência da questão de gênero estar relacionada apenas aos homens e mulheres, apontando que a desigualdade referente ao acesso à educação é significativa dentro desse contexto.

O Informe Brasil Gênero e Educação (Carreira, 2013) com base na análise de indicadores e informações estatísticas das últimas décadas, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, identificou que as problemáticas de gênero na educação brasileira relacionam-se, de modo predominante, a seis grandes desafios, os quais estão interligados: i) as desigualdades persistentes entre as mulheres brasileiras; ii) a situação de pior desempenho e de maiores obstáculos para permanência na escola por parte dos meninos, adolescentes e jovens brasileiros, em especial, dos adolescentes e jovens negros; iii) a manutenção de uma educação sexista, racista, homo/lesbo/bi/transfóbica e discriminatória no ambiente escolar; iv) a concentração das mulheres em cursos e carreiras “ditas femininas”, com menor valorização profissional e limitado reconhecimento social; v) a baixa valorização das profissionais de educação

básica, que representam quase 90% do total dos profissionais de educação que – em sua gigantesca maioria – recebem salários indignos e exercem a profissão em precárias condições de trabalho e; vi) o acesso desigual à educação infantil de qualidade. (Carreira, 2013, p. 10).

No ano de 2014, o termo Orientação Sexual foi retirado do texto original do Plano Nacional de Educação (PNE) e ainda a questão de Gênero foi retirada do documento da BNCC, fatos que ocorreram por determinação de setores conservadores do Congresso Nacional.

[...] discutir Gênero e Sexualidade na Escola se faz necessário, é dever da escola estabelecer relações igualitárias e respeitadas, problematizando discussões acerca das diferenças entre cidadão se promovendo a responsabilidade social para toda a comunidade escolar e fortalecendo a parceria família e escola (Costa, Silva, Souza, 2019 apud Souza & Fialho, 2020, p. 22).

A Educação Física pode se caracterizar como uma disciplina que reforça, por meio de imaginários sociais, as desigualdades de gênero, todavia, tem um forte incentivo sobre as diferenças, fomentado a realização de atividades que contemplem todas as crianças a se exercitarem juntas, sem distinções, é uma forma de proporcionar um ensino plural, heterogêneo e sem preconceitos, tratando o esporte como um exercício de cidadania. Segundo Finco (2003, p. 95), “[...] é muito frequente, ainda, que meninos e meninas, ao demonstrarem comportamentos não apropriados para seu sexo, causem preocupação e sejam motivo de incômodo e dúvidas para profissionais da educação infantil”. Uma preocupação que está ligada com a dificuldade de relacionar a identidade de Gênero e a orientação sexual, por exemplo.

A ideia de que meninos e meninas devem estar em espaços diferentes vem dessa herança sexista. Devemos entender que quando acontece essa separação estamos reforçando essa cultura machista e patriarcal, já quando acontece o compartilhamento das aulas entre eles, temos a oportunidade da construção de uma educação coeducativa, que ensina o reconhecimento das diferenças. A violência de gênero não é um problema afastado do espaço escolar, pelo contrário, é cada vez mais uma realidade latente. E isso não ocorre somente porque situações de violência também fazem parte do cotidiano de alunas, alunos, educadoras e educadores, mas porque a escola é um espaço que concebemos para estimular a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de

comportamentos mais compatíveis com a diversidade e a democracia. Situações em que mulheres e meninas estejam em desvantagem e tenham seus direitos violados não podem ser negligenciados ou minimizados pela escola (Lins, Machado & Escoura, 2016).

Portanto, a desigualdade de gênero deve, sim, ser (re)discutida nas escolas pelo simples fato de ser um assunto emergencial na nossa sociedade, uma vez que “[...] as discriminações continuam acontecendo no ambiente escolar e, a partir disso, [é preciso] lutar para que haja um espaço de respeito, valorização, diálogo e de abertura à diversidade, em busca do direito de ser diferente” (Oliveira, Arriel & Silva, 2017, p. 87). Precisamos perceber como a igualdade de gênero vem sendo promovida nesses ambientes educacionais, sabemos que sozinha a escola não conseguirá mudar a realidade de toda sociedade, por esse motivo precisamos da ajuda do governo brasileiro com políticas públicas que visam à proteção e à igualdade entre os gêneros.

Quando falamos de políticas públicas, legislação nacional e educação, fica muito difícil encontrar uma preocupação com a questão de gênero, visto que já nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) as relações de gênero foram totalmente ignoradas. Quando estudados os Planos Estaduais de Educação (PNE), a perspectiva de gênero continua ausente, o mais próximo que conseguimos chegar do assunto é uma abordagem sobre o tema gênero e a discriminação de gênero de maneira transversal, durante a formação de professores, cursos de formação continuada e currículos escolares.

Também podemos citar algumas políticas para a erradicação dos estereótipos de gênero no cotidiano escolar: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM).

[...] os livros inscritos nos programas devem reconhecer e tratar adequadamente a diversidade de gênero, considerando a participação de mulheres e homens em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, discutindo diferentes possibilidades de expressão de feminilidades e masculinidades, desmistificando preconceitos e estereótipos sexuais e de gênero, considerando o gozo dos direitos civis e políticos, visando à construção de uma sociedade não sexista e não homofóbica (Carreira, 2013, p. 66).

Podemos citar como ações que buscam erradicar os estereótipos de gênero o “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero/Programa Mulher e Ciência”, iniciado em 2005, que pode ocorrer em escolas públicas ou privadas que tenham desenvolvido ações junto à comunidade em favor da igualdade de gênero, além de escolher redações do ensino médio e trabalhos de pesquisa em graduação, mestrado e doutorado; o curso iniciado em 2006, intitulado “Gênero e Diversidade na Escola”, que visa uma formação com base em temas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, os professores de redes públicas, a formação ocorre de forma semipresencial; e o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)”, que possui metas relacionadas diretamente às questões de gênero, a saber:

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as); apoiar projetos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos na escola; propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações; e desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IESs que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, pessoas alvo de discriminação por motivo de gênero orientação sexual e religiosa, e segmentos geracionais e étnico-raciais (Carreira, 2013, p. 67).

A escola tem papel central na discussão e promoção da equidade desde a Educação Infantil, pois nessa fase o ser humano constrói seu entendimento sobre o outro, uma ótima oportunidade para fazê-lo entender sobre o respeito, à diversidade e a tolerância. Ao trazermos esse tema para as crianças, pré-adolescentes e adolescentes, pensamos em formar novas mentalidades, ensinar limites pessoais, respeito à diversidade humana, inclusive racial, social e sexual.

As discussões de gênero e diversidade sexual dentro das políticas públicas educacionais devem integrar os projetos políticos pedagógicos das escolas e encontram respaldo em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos Sexuais (1977;1999) e os Princípios de Yogyakarta (2007) e em dispositivos legais nacionais como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006;2013), no Plano Nacional de Educação (2014-

2024), na Base Nacional Curricular Comum (2017), na Lei Maria da Penha (2006), na Lei de combate ao bullying (2015), além de pareceres, resoluções e notas técnicas elaboradas pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação (Souza & Fialho, 2020, p. 28).

Quando a escola não traz o debate de gênero e orientação sexual, ela se silencia diante de determinadas situações, determinados imaginários sociais cristalizados, ao se omitir, ela está transmitindo que as violências, desigualdades, preconceitos que ocorrem dentro desse ambiente podem continuar e acaba o transformando em um espaço de consolidação de estigmas e preconceitos.

Considerações finais

A ideia de que meninos e meninas devem estar em espaços diferentes vem da herança sexista da história; devemos entender que quando há a separação entre homens e mulheres, estamos reforçando a cultura machista e patriarcal, o compartilhamento das aulas entre meninos e meninas, especialmente na Educação Física, por sua vez, ratifica o compromisso com a inclusão, além de promover a construção de uma educação coeducativa, que ensina o reconhecimento das diferenças.

O gênero é um conceito construído com o objetivo de discutir o que é feminino e masculino, com isso, a escola exerce o papel de reflexão sobre as práticas de gêneros, onde ela mantém um processo de igualdade entre todos, realizando adaptações com qualquer tipo de diferença. Para que não ocorra nenhuma desigualdade, seu papel é realizar atividades/brincadeiras coletivas, fazendo com que os alunos se interajam entre eles, mostrando a importância da coletividade; não é preciso ser de sexos diferentes para a realização de qualquer participação dentro ou fora do ambiente escolar.

Para que a equidade de gênero exista muita coisa deve mudar, por exemplo, sugerimos que a nova geração de professores busque um olhar específico e crítico sobre a noção de gênero e que estejam atentos para as relações estabelecidas durante a aula e priorizem oportunidades iguais de aprendizado; além disso, é necessário trabalhar atividades que reconheçam a relevância das mulheres nas manifestações corporais, com novas políticas públicas e um olhar atento para se falar de gênero no ambiente escolar. Os docentes devem transmitir para os alunos a necessidade do respeito pelas escolhas e

diferenças de cada um, valorizando, dessa forma, as oportunidades existentes tanto para meninos, quanto para meninas, o exemplo sempre será a melhor forma de ensinar.

Referências

- Araujo, M. M. (2015). *O machismo no ambiente escolar: a verificação da existência de diferenças de tratamento entre alunas/professoras e alunos/professores no CED 14 de Ceilândia* (Trabalho de conclusão de curso apresentado da especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14574/1/2015_ManoelaMariadeAraujo_tcc.pdf
- Aud, D. (2006). *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto.
- Brasil. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 10.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília. Recuperado de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf
- Carreira, D. (Coord.). (2013). *Informe Brasil: Gênero e Educação*. São Paulo: Ação Educativa.
- Carreira, D. et al. (2016). *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa. Recuperado de http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf
- Dornelles, P. G. (2012). Do Corpo que Distingue Meninos e Meninas na Educação Física Escolar. *Cad. Cedes*, Campinas, 32(87), 187-197. doi: 10.1590/S0101-32622012000200005
- Falcão, P. (2019). Mulheres e espaço público: invisibilidade social feminina e o direito ao voto no Brasil. *Mosaico*, 10(17), 246-260. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7675310.pdf>

- Finco, D. (2003). Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. *Pro-Posições*, 14(3), 89-101. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246. doi: 10.1590/S0104-83332004000100009
- Jacó, J. F. & Altmann, H. (2011). Educação Física Escolar e Gênero: as Diferenças entre meninos e meninas nas maneiras de participar das aulas. In *Anais do 2º Simpósio Internacional de Educação Sexual*. Maringá, PR.
- Kishimoto, T. M. & Ono, A. T. (2008). Brinquedo, Gênero e Educação na Brinquedoteca. *Pro-Posições*, Campinas, 19(3), 209-223.
- Linhares, J. (18 abr. 2016) Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”: a quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. *Veja*. Recuperado de: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>
- Lins, B. A., Machado, B. F. & Escoura, M. (2016). *Diferentes, não desiguais*: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Marçal, L. (2019). Igualdade de gênero no ambiente escolar. *Revista Educação Pública*, 19(21). Recuperado de: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/21/igualdade-de-genero-no-ambiente-escolar>
- Martins, S. M. & Bastos, C. C. *Função social da escola*: premissa para superação. Recuperado de www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sandra_mara_martins.pdf
- Oliveira, G. K. (2005). Afetividade e prática pedagógica: uma proposta desenvolvida em um curso de formação de professores de Educação Física. (Tese). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/16117/1/Tese%20Greice%20Kelly%20de%20Oliveira.pdf>
- Oliveira, H. F., Arriel, T. D. G. & Silva, R. C. M. (2017). Gênero e diversidade sexual na escola: construções identitárias de um aluno-professor. *Letras Escreve*, Macapá, 7(1). doi: 10.18468/letras.2017v7n1.p87-111.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.

Organização Internacional do Trabalho. (2018). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: avance global sobre las tendencias del empleo femenino*. Genebra: OIT. Recuperado de: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_619603.pdf

Pereira, A. C. G. (2020). *Ensaio de uma Metodologia da Experiência Crítico-Afetiva nas aulas de Educação Física: impactos sobre as relações de gênero e o empoderamento das meninas*. (Dissertação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (2007). Tradução de Jones de Freitas. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf

Queiroz, N. L. N.; Maciel, D. A.; Branco, A. U. (2006). Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. *Paidéia*, 16(34), 169-179. doi: 10.1590/S0103-863X2006000200005

Reis, T. & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, 38(138), 9-26. doi: 10.1590/es0101-73302017165522

Rios, T. A. (1993). *Ética e Competência*. São Paulo: Cortez.

Ruiz, M. A. A. (2020). O corpo feminino em discurso: memória e (r)existência. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 49(2): 1014-1032.

Santos, S. M. M. & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, 13(1), 11-19. doi: 10.1590/S1414-49802010000100002

Semis, L. (17 abr. 2017). "Gênero" e "orientação sexual" têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim?. *Nova Escola*. Recuperado de: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>

Silva, R. M. (26 ago. 2018). (Des)igualdade da mulher: da educação para o lar à conquista por espaço profissional. *Brasil jurídico*. Recuperado de <https://brasiljuridico.com.br/artigos/desigualdade-da-mulher-da-educacao-para-o-lar-conquista-por-espao-profissional>

Silva, T. J. (2013). A didática crítica como potencialidade emancipatória: gênero e diversidade no espaço escolar. *Estação Científica (UNIFAP)*, Macapá, 3(2), 21-30.

- Soares, Z. P. & Monteiro, S. S. (2019). Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educar em Revista*, 35(73): 287-305. doi: 10.1590/0104-4060.61432
- Souza, H. H. & Fialho, L. M. F. (2020). A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. *Inovação & Tecnologia Social*, (3). doi: 10.47455/2675-0090.2019.1.3.3863
- Starlles, W. & Diaz, L. (8 mar. 2021). Linguagem neutra: bobagem ou luta contra a discriminação? *Guia do estudante*. Recuperado de <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/linguagem-neutra-bobagem-ou-luta-contra-a-discriminacao/>
- Tranças da diversidade na educação. (2014). *Manifesto político: por uma maior radicalidade na superação de desigualdades, na promoção dos direitos humanos e inclusão, na valorização da diversidade e sustentabilidade socioambiental e no fortalecimento da participação popular em educação*. Brasil: Grupo de Diálogo sobre direitos Humanos, Diversidade, Inclusão e Sustentabilidade. Recuperado de <http://conae.mec.gov.br/images/2014/pdf/documentos/ManifestoTrancasdaDiversidade.pdf>
- Unesco. (2014). *Educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente no ensino superior: relatório final*. Brasília: UNESCO. Recuperado de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/seminario_educacao_em_sexualidade_2013.pdf

Recebido: 12/08/2021
Aceito: 21/11/2021
Publicado: 04/12/2022

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.